

Pedagogia da barbárie

Marina Oliveira
Da equipe do **Correio**

Funcionários das unidades de internação de adolescentes paulistas adeptos da tortura parecem não ter medo de punição, se é que exista punição. Pouco mais de uma semana depois de uma inspeção da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa estadual, os promotores da cidade de São Paulo voltaram a unidade da Febem de Parelheiros e encontraram vários objetos de tortura. Os integrantes do Ministério Público levaram equipamento fotográfico e filmadora para registrar toda a ação. As imagens dos instrumentos usados para castigar os internos mostradas por várias emissoras de televisão chocaram o país (*leia quadro*).

“O episódio mostra a confiança dos culpados na impunidade pelos crimes de tortura”, afirma Wilson Tafner, promotor da Infância e Juventude da cidade de São Paulo. O material estava escondido embaixo do tampo de uma escrivaninha. A mesa ficava numa sala de acesso restrito aos coordenadores de turno e monitores da instituição. Segundo Tafner, os meninos de Parelheiros vinham descrevendo sessões de tortura muito antes da promotoria achar os objetos.

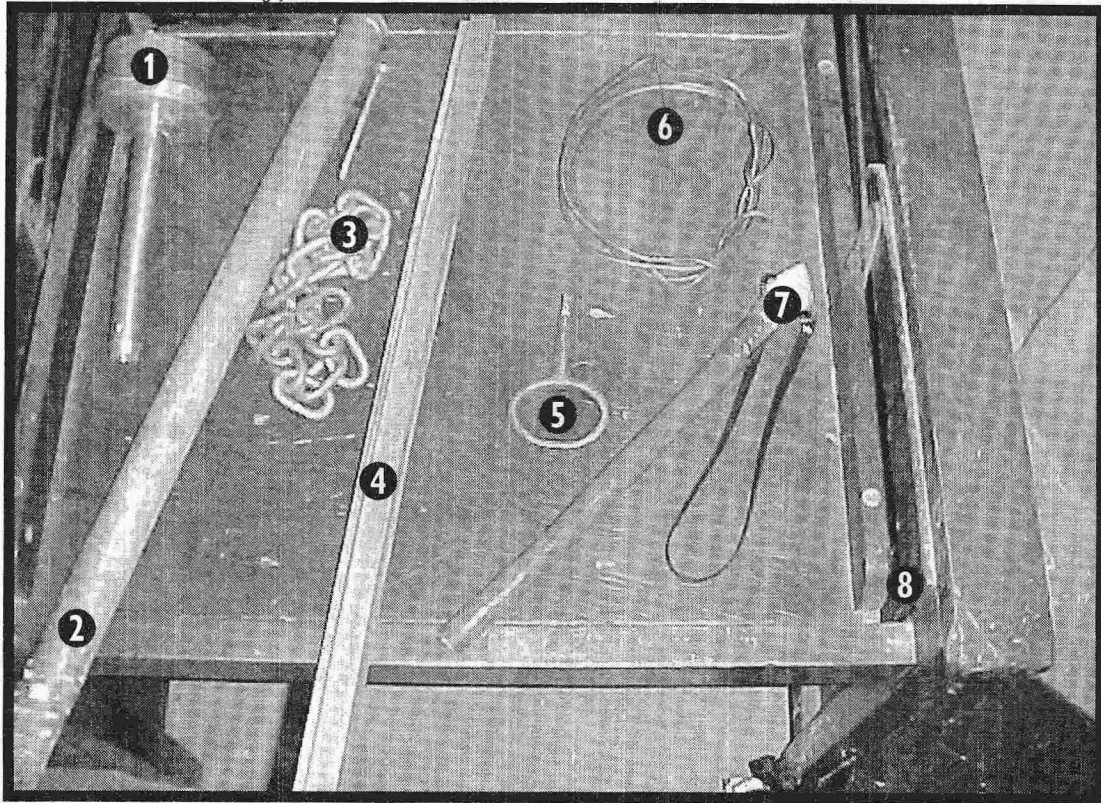
Os adolescentes contaram que durante os espancamentos eram colocados de costas para a parede. Os funcionários também cobriam as costas dos garotos com uma toalha molhada para evitar marcas.

MULTA

A unidade da Febem de Parelheiros nunca foi exemplo no atendimento a adolescentes que infringiram a lei. Desde 2000 o Ministério Público da cidade de São Paulo luta na Justiça para fechar a instituição, considerada um depósito de infratores. No mês de março, a juíza responsável pelo processo deu a primeira sentença e determinou o fechamento de Parelheiros. O governo paulista tem até o início de junho para desocupar o prédio. Caso contrário pagará multa diária de R\$ 1 mil relativo a cada interno. Hoje, existem 390 adolescentes na unidade.

A juíza decidiu fechar Parelheiros porque o prédio desobedece as exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Estatuto recomenda unidades menores de, no máximo, 80 vagas cada um, de preferência espalhadas pelo interior do estado. Dessa forma, os adolescentes podem receber atendimento personalizado para facilitar a recuperação dos meninos. A lei ordena a criação de novas vagas em locais diferentes do estado

Fotos: Ministério Público de SP / Divulgação



1 Bico de mangueira dourado usado para bater nas costas dos internos. Eles cobriam os meninos com uma toalha molhada para evitar deixar marcas

2 Cabo de enxada para açoitar as costas e pernas dos meninos que precisavam de um “corretivo” por pedir água fora de hora, por exemplo

3 Espécie de espancador feito com o bico de um extintor de incêndio e uma corrente grossa de ferro

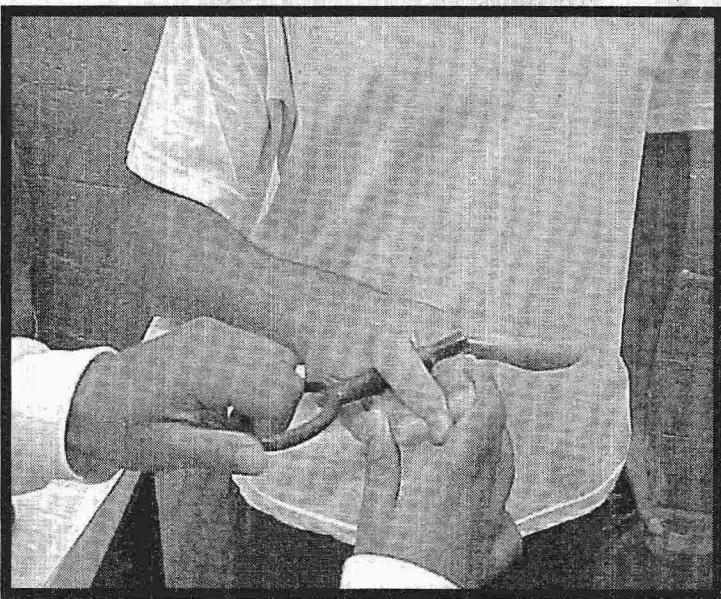
4 Peça de madeira também usado para açoitar os internos mais rebeldes, que não cumpriam as ordens dos monitores

5 É a “chave inglesa” colocada entre os dedos das mãos. O instrumento é encaixado debaixo do dedo médio e giravam o cabo do objeto

6 Fios de cobre duros para espancar as costas e braços. Depois da sessão de tortura, os internos era obrigados a tomar banho gelado para evitar marcas

7 Cassetete de ferro pesado. Uma correia preta foi improvisada e grudada com fita crepe. Os funcionários prendiam o instrumento ao pulso utilizando a correia

8 Parafuso grande também colocado entre os dedos do interno e apertado pelos monitores para punir pequenas desobediências



MENOR MOSTRA COMO ERA TORTURADO PELO MONITORES EM PARELHEIROS

para evitar que o adolescente seja afastado da família durante o período de internação.

“O governo do estado demorou muito a se mexer para resolver o problema dos adolescentes, só há dois anos iniciaram a construção de novos prédios dentro das exigências do Estatuto”, critica Wilson Tafner. Para ele, a outra ação do Ministério Público contra a unidade de Parelheiros poderá gerar no-

va sentença de fechamento. Os promotores alegam falta de condições mínimas de higiene e infraestrutura para pedir a desocupação do prédio.

MUDANÇA PEQUENA

No início de 2002, o governo brasileiro lançou a Campanha Nacional contra a Tortura. O Ministério da Justiça criou um disque-denúncia para encorajar as pessoas a

falarem contra agentes do Estado que usem da violência no exercício das funções. A idéia era usar as informações coletadas para pressionar as investigações nos estados.

“Na prática pouca coisa parece ter mudado no Brasil apesar de toda a cobrança da comunidade internacional para reduzir a tortura”, afirma James Cavallaro, da organização não-governamental (ONG) Centro de Justiça Global. Ele acompanha há anos a evolução dos direitos humanos no país.

Cavallaro afirma ainda que os estados reagiram à pressão do governo federal com um aumento da burocracia para a visita de grupos da sociedade civil às unidades prisionais. Em muitos locais, os próprios integrantes do Ministério Público precisam avisar com alguns dias de antecedência das visitas de inspeção.

“A atitude mostra o medo do escândalo por parte dos governos estaduais e não há uma vontade de punir os culpados pela prática da tortura”, diz Cavallaro. Os promotores da cidade de São Paulo só conseguiram encontrar os instrumentos de tortura dos funcionários de Parelheiros porque chegaram de surpresa.